

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA 2022
TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Indicador	2019	2020	2021	2022	2023	2024
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	4,31%	4,52%	5,99%	3,81%	3,34%	3,24%
VARIAÇÃO PIB	1,10%	-4,10%	4,96%	2,27%	2,44%	2,44%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	1,20%	2,30%	-4,29%	-0,26%	-0,75%	-1,77%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIADOS	4,92%	-8,81%	3,09%	-0,27%	-1,99%	0,28%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	0,44%	3,47%	-0,95%	0,99%	1,17%	0,40%
CRESC. REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIAO	1,26%	13,25%	-8,37%	2,05%	2,31%	-1,34%
CRESC. REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO	-3,64%	-1,04%	4,90%	0,08%	1,31%	2,10%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - EXECUTIVO	0,00%	1,00%	0,00%	1,00%	2,00%	3,00%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - LEGISLATIVO	0,00%	1,00%	0,00%	1,00%	2,00%	3,00%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	-23,80%	35,18%	54,08%	21,82%	37,03%	37,64%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	6,50%	4,90%	6,59%	6,79%	6,62%	6,52%
Taxa de Câmbio (Média do Ano)	3,65	3,94	5,07	5,15	5,07	5,02

1 - Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origens/específicas/númerica de receita e/ou grupo de natureza de despesa.

2 - Os percentuais referentes ao IPCA, Variação do PIB, Taxa Sinc e Taxa de Câmbio foram extraídos do Siste de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil (<https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/consultas/serieestatisticas>)

XPS

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA 2022
 Memória de Cálculo das Estimativas de Pagamento das Despesas - Inclusive Restos a Pagar

Valores em R\$ 1,00

CONTAS	CONSOLIDADAS ANUAIS		PROJETADO		PROJETADO		PROJETADO	
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
DESPESAS CORRENTES	20.951.420,53	22.985.723,69	22.554.202,54	24.152.965,76	27.254.579,46	28.362.817,56	29.709.084,88	
DESPESAS E ENCARGOS SOCIAIS	11.671.496,96	11.681.818,15	12.595.463,81	12.809.481,89	14.298.554,25	14.972.177,90	15.657.994,72	
Pessoal - Executivo / Indiretas	9.223.159,62	9.400.341,02	10.066.375,49	10.055.000,00	11.388.521,09	11.914.157,97	12.445.193,21	
Pessoal - Legislativo	456.625,67	520.620,09	531.479,08	531.000,00	611.120,32	639.326,56	667.822,48	
Pessoal do R.P.P.S	1.391.711,67	1.760.857,04	1.997.609,24	2.090.000,00	2.252.923,66	2.356.802,67	2.461.849,57	
Despesas Com Pessoal - INTRAORÇAMENTARIAS	-	-	-	133.481,89	46.189,19	61.890,70	83.129,46	
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	81.496,64	73.014,84	54.701,41	49.000,00	120.092,09	128.042,19	136.390,54	
Juros e Encargos da Divida - Executivo / Indiretas	81.496,64	73.014,84	54.701,41	49.000,00	120.092,09	128.042,19	136.390,54	
Juros e Encargos da Divida - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA - RESTOS A PAGAR PAGOS	-	-	-	-	-	-	-	
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA - INTRAORÇAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	-	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.278.426,93	10.810.890,70	9.904.037,32	11.234.484,87	12.845.933,11	13.262.697,48	13.914.699,53	
Outras Despesas Correntes - Executivo	9.270.451,49	10.755.205,54	9.867.251,24	10.419.000,00	12.007.305,90	12.657.272,53	13.114.570,54	
Outras Despesas Correntes - Legislativo	27.975,44	34.685,17	27.531,56	28.000,00	34.551,02	34.992,77	36.226,96	
Outras Despesas Correntes - RPPS	-	20.623,69	9.154,50	9.200,00	6.865,20	6.952,97	7.198,08	
Outras Despesas Correntes - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	838.284,87	797.210,99	565.373,81	756.704,35	
Outras Despesas Correntes - INTRAORÇAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	-	
DESPESAS DE CAPITAL	4.000.000,00	1.888.270,28	2.418.852,26	3.673.016,87	8.464.906,67	7.629.503,01	7.557.411,66	
Investimentos - Executivo / Indiretas	4.000.000,00	1.329.896,95	1.803.358,96	2.976.016,87	7.464.906,67	6.596.103,01	6.490.529,50	
Investimentos - Legislativo	4.000.000,00	4.455,00	16.566,00	2.900.000,00	7.467.527,82	6.544.896,81	6.420.047,60	
Investimentos - RPPS	4.000.000,00	1.950,00	4.455,00	11.600,00	15.089,78	21.367,52	30.353,31	
Investimentos - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	64.418,87	-	-	29.868,69	
Investimentos - INTRAORÇAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	-	
INVERSÕES FINANCEIRAS	4.500.000,00	-	-	-	-	-	-	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	4.500.000,00	-	-	-	-	-	-	
Outras Inversões Financeiras - Executivo / Indiretas	4.500.000,00	-	-	-	-	-	-	
Outras Inversões Financeiras - Legislativo	4.500.000,00	-	-	-	-	-	-	
Outras Inversões Financeiras - RPPS	4.500.000,00	-	-	-	-	-	-	
Outras Inversões Financeiras - Restos a Pagar Pagos	4.500.000,00	-	-	-	-	-	-	
Outras Inversões Financeiras - INTRAORÇAMENTARIAS	4.500.000,00	-	-	-	-	-	-	
AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA PÚBLICA	496.529,30	558.373,33	615.493,30	697.000,00	1.000.000,00	1.033.400,00	1.066.882,16	
Amortização da Divida - Executivo / Indiretas	496.529,30	558.373,33	615.493,30	697.000,00	1.000.000,00	1.033.400,00	1.066.882,16	
Amortização da Divida - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Divida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Divida - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Divida - INTRAORÇAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	-	
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO / RESERVA - SEM RPPS	9.999.999.999,01	-	-	-	1.537.508,29	1.176.603,48	1.115.223,43	
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO / RESERVA DO RPPS	9.999.999.999,02	-	-	-	2.482.903,58	2.613.740,67	2.748.189,45	
TOTAL DAS DESPESAS	23.077.485,64	24.453.993,97	24.973.054,80	27.825.985,53	39.750.000,00	39.782.664,12	41.128.909,43	

Município de Barão

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2022

Tabela 03 - Estimativas para a Receita Corrente Líquida

Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 04/2021, do TCE/RS

ESPECIFICAÇÃO	2022	2023	2024
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)	36.566.821,12	38.399.647,12	39.752.005,72
II - DEDUÇÕES			
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	992.262,52	1.038.060,37	1.084.328,57
Compensação Financeira entre Regimes	116.403,99	120.291,88	124.189,34
Rendimentos de Aplicações de Rec. Previdenciários	1.403.996,62	1.486.291,82	1.571.888,20
Deduções da Receita Corrente	4.222.143,35	4.441.134,66	4.605.919,15
III - (+) Ajuste Perdas com o Fundeb	-	-	13.720,95
IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVISTA (I-II+III)	36.566.821,12	38.399.647,12	39.765.726,67

ZMS

Município de Barão
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Tabela 04 - Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2022 a 2024

PODER EXECUTIVO			
	2022	2023	2024
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	19.746.083,41	20.735.809,44	21.473.492,40
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	18.758.779,24	19.699.018,97	20.399.817,78
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	17.771.475,07	18.662.228,50	19.326.143,16

PODER LEGISLATIVO			
	2022	2023	2024
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	2.194.009,27	2.303.978,83	2.385.943,60
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	2.084.308,80	2.188.779,89	2.266.646,42
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	1.974.608,34	2.073.580,94	2.147.349,24

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Legal, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.

Município de Barão
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2022
 TABELA 05 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida

Exercício	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.181.763,97	975.270,28	3.360.000,00	1.839.011,42	2.058.093,90	2.419.035,11
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual (inclusive parcelamentos)	1.181.763,97	975.270,28	3.360.000,00	1.839.011,42	2.058.093,90	2.419.035,11
Precatórios posteriores a 05-05-2000	-	-	-	-	-	-
DISPONIBILIDADES DE CAIXA (II)	1.978.773,33	3.411.898,09	7.922.975,74	4.437.882,39	5.257.585,41	5.872.814,51
Disponibilidade da Caixa Bruta	2.628.013,20	3.961.648,59	8.000.000,00	4.863.220,60	5.608.289,73	6.157.170,11
(-) Restos a Pagar Processados	695.648,95	596.159,58	125.000,00	472.269,51	397.809,70	331.693,07
Demais Haveres Financeiros	46.409,08	46.409,08	47.975,74	46.931,30	47.105,37	47.337,47
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III = I - II)	(797.009,36)	(2.436.627,81)	(4.562.975,74)	(2.598.870,97)	(3.199.491,51)	(3.453.779,41)

Cronograma Anual de Operações de Crédito e de Amortização e Serviço da Dívida

Valores em R\$

Operações de Crédito / Pagamentos	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	-	-	2.500.000,00	4.236.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00
2.2 Encargos - Exceto RPPS	73.014,84	54.701,41	49.000,00	120.092,09	128.042,19	136.390,54
2.3 Amortizações - Exceto RPPS	558.373,33	615.493,30	697.000,00	1.000.000,00	1.033.400,00	1.066.882,16

Fonte: Contabilidade

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Município de Barão

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2022

TABELA 06 - Demonstrativo da Memória de Cálculo do Resultado Primário e Nominal - ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024
	Arrecadação	Arrecadação	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção
Receitas Correntes - Exceto Intraorçamentárias	27.236.969,49	27.594.292,70	28.775.950,00	32.344.677,77	33.958.512,45	35.146.086,57
(-) Aplicações Financeiras em Geral	47.415,14	14.206,90	65.000,00	49.340,08	52.232,15	55.240,23
(-) Aplicações Financeiras do RPPS	1.922.468,70	1.288.904,22	300.000,00	1.403.996,62	1.486.291,82	1.571.888,20
(-) Outras Receitas Financeiras	-	3.787,40	-	982,92	1.232,41	1.549,31
(=) Receitas Primárias Correntes (I)	25.267.085,65	26.287.394,18	28.410.950,00	30.890.358,14	32.418.756,06	33.517.408,83
Receitas de Capital - Exceto Intraorçamentárias	448.215,14	396.266,37	2.850.050,00	5.175.392,92	3.491.300,03	3.546.991,87
(-) Operações de Crédito	-	-	2.500.000,00	4.236.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00
(-) Amortização de Empréstimos	9.720,14	8.183,82	-	7.023,87	7.258,47	7.493,64
(-) Alienação de Investimentos Temporários e Permanentes	-	-	-	-	-	-
(-) Outras Receitas de Capital - Não Primárias	-	-	50,00	18,34	18,95	19,56
(=) Receitas Primárias de Capital (II)	438.495,00	388.082,55	350.000,00	932.350,71	984.022,61	1.039.478,66
RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAIS (III = I + II)	25.705.580,65	26.675.476,73	28.760.950,00	31.822.708,85	33.402.778,68	34.556.887,50
DESPESAS PRIMÁRIAS	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024
	Pagamento	Pagamento	Pagto Estimado	Projeção	Projeção	Projeção
Despesas Correntes - Exceto Intraorçamentárias	22.565.723,69	22.554.202,54	24.152.966,76	27.264.679,46	28.362.817,56	29.709.084,88
(-) Juros e Encargos da Dívida	73.014,84	54.701,41	49.000,00	120.092,09	128.042,19	136.390,54
(=) Despesas Primárias Correntes (IV)	22.492.708,85	22.499.501,13	24.103.966,76	27.144.587,37	28.234.775,37	29.572.694,35
Despesas de Capital - Exceto Intraorçamentárias	1.888.270,28	2.418.852,26	3.673.018,87	8.464.908,67	7.629.503,01	7.557.411,66
(-) Concessão e Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-
(-) Aquisic. De Títulos de Capital Já Integralizado	-	-	-	-	-	-
(-) Aquisição de Títulos de Crédito	-	-	-	-	-	-

(-) Amortização da Dívida	558.373,33	615.493,30	697.000,00	1.000.000,00	1.033.400,00	1.066.882,16
(=) Despesas Primárias de Capital (V)	1.329.896,95	1.803.358,96	2.976.018,87	7.464.908,67	6.596.103,01	6.490.529,50
DESPESAS PRIMÁRIAS ANTES DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA (VI = IV + V)	23.822.605,80	24.302.860,09	27.079.985,63	34.609.496,04	34.830.878,39	36.063.223,85
RESERVA DE CONTINGÊNCIA - PREVISÃO (VII)				4.020.411,87	3.790.343,55	3.863.412,88
DESPESAS PRIMÁRIAS APÓS A RESERVA DE CONTINGÊNCIA (VIII = VI+ VII)				38.629.907,91	38.621.221,93	39.926.636,73
META DE RESULTADO PRIMÁRIO A SER CONSIDERADA (IX = III - VIII)	1.882.974,85	2.372.616,64	1.680.964,37	- 6.807.199,06	- 5.218.443,26	- 5.369.749,24
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (Variações Patrimoniais Aumentativas)	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024
4.4.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos – Consolidação				-	-	-
4.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss – União				-	-	-
4.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss -Estado				-	-	-
4.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss – Município				-	-	-
4.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos – Consolidação				-	-	-
4.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos – Consolidação				-	-	-
4.4.1.3.3.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – União				-	-	-
4.4.1.3.4.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – Estado				-	-	-
4.4.1.3.5.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – Município				-	-	-
4.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Externos Concedidos – Consolidação				-	-	-

JMS

4.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
4.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.5.1.1.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.5.2.1.00.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação	1.972.982,18	1.302.450,17	365.000,00	1.295.872,57	1.053.164,90	963.664,24
SOMA DOS JUROS E ENCARGOS ATIVOS (VIII)	1.972.982	1.302.450	365.000	1.295.873	1.053.165	963.664
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (Variações Patrimoniais Diminutivas)	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024
3.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna Consolidação	378.543,55	323.513,19	315.000,00	362.038,30	355.596,00	366.654,02
3.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa Consolidação	-	-	-	-	-	-

715

3.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos por Antecipação de Receita Orçamentária - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.3.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.4.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.5.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Externos - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-	-
3.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Externos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-
SOMA DOS JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (IX)	378.543,55	323.513,19	315.000,00	362.038,30	355.596,00	366.654,02	
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (X = VII + VIII - IX))	3.477.413,48	3.351.553,62	1.730.964,37	- 5.873.364,79	- 4.520.874,36	- 4.772.739,02	

710

ESPECIFICAÇÃO	2022		2023		2024		% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante (c)	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante (d)	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
	Valor Corrente (a)	Valor Constante (b)	Valor Corrente (a)	Valor Constante (b)	Valor Corrente (a)	Valor Constante (b)										
Receita Total	37.520.070,69	36.143.021,57	37.449.812,48	34.909.369,03	38.693.078,44	34.936.358,84	97,53%	38.693.078,44	34.936.358,84	97,30%	97,30%	38.693.078,44	34.936.358,84	97,30%	97,30%	
Receitas Primárias (I)	31.822.708,85	30.654.762,41	33.402.778,68	31.136.669,59	34.566.987,50	31.201.751,59	86,99%	34.566.987,50	31.201.751,59	86,99%	86,99%	34.566.987,50	31.201.751,59	86,99%	86,99%	
Receitas Primárias Correntes	30.890.398,14	29.756.630,52	32.418.756,06	30.219.599,08	33.517.408,83	30.263.196,14	84,42%	33.517.408,83	30.263.196,14	84,29%	84,29%	33.517.408,83	30.263.196,14	84,29%	84,29%	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.315.290,73	2.230.277,17	2.420.517,19	2.256.319,12	2.508.923,68	2.265.331,72	6,33%	2.508.923,68	2.265.331,72	6,31%	6,31%	2.508.923,68	2.265.331,72	6,31%	6,31%	
Contribuições	1.699.434,53	1.637.062,45	1.774.961,51	1.654.555,32	1.851.668,75	1.671.797,72	4,62%	1.851.668,75	1.671.797,72	4,62%	4,62%	1.851.668,75	1.671.797,72	4,62%	4,62%	
Transferências Correntes	26.052.134,51	25.095.977,76	27.360.262,47	25.504.246,40	28.253.491,10	25.510.353,36	71,25%	28.253.491,10	25.510.353,36	71,25%	71,05%	28.253.491,10	25.510.353,36	71,05%	71,05%	
Demais Receitas Primárias Correntes	823.538,57	793.313,14	864.022,61	804.378,25	903.427,30	815.713,34	2,25%	903.427,30	815.713,34	2,25%	2,27%	903.427,30	815.713,34	2,27%	2,27%	
Receitas Primárias de Capital	932.350,71	898.131,89	984.022,61	917.270,51	1.039.478,66	938.555,45	2,56%	1.039.478,66	938.555,45	2,61%	2,61%	1.039.478,66	938.555,45	2,61%	2,61%	
Despesa Total	39.750.000,00	38.291.108,76	39.782.664,12	37.083.669,47	41.129.609,43	37.138.597,36	103,60%	41.129.609,43	37.138.597,36	103,60%	103,43%	41.129.609,43	37.138.597,36	103,43%	103,43%	
Despesas Primárias (II + III)	38.629.907,91	37.212.125,91	38.621.221,93	36.001.314,81	39.926.536,73	36.050.150,68	100,56%	39.926.536,73	36.050.150,68	100,56%	100,40%	39.926.536,73	36.050.150,68	100,40%	100,40%	
Despesas Primárias Correntes	26.301.187,19	25.335.889,79	27.609.510,87	25.736.593,59	28.732.860,54	25.943.180,71	71,90%	28.732.860,54	25.943.180,71	71,90%	72,26%	28.732.860,54	25.943.180,71	72,26%	72,26%	
Despesas Primárias de Capital	14.252.465,07	13.729.375,85	14.910.287,20	13.898.833,77	15.574.865,26	14.062.698,12	38,83%	15.574.865,26	14.062.698,12	39,17%	39,17%	15.574.865,26	14.062.698,12	39,17%	39,17%	
Outras Despesas Correntes (Primárias)	12.048.222,12	11.606.513,94	12.689.223,67	11.837.359,82	13.157.995,28	11.880.482,59	33,07%	13.157.995,28	11.880.482,59	33,07%	33,09%	13.157.995,28	11.880.482,59	33,09%	33,09%	
Despesas Primárias de Capital	7.442.617,60	7.169.461,13	7.984.022,61	7.169.461,13	8.650.410,91	7.945.170,45	17,10%	8.650.410,91	7.945.170,45	16,22%	16,22%	8.650.410,91	7.945.170,45	16,22%	16,22%	
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	865.691,25	833.918,94	6.566.234,33	6.120.807,61	6.450.410,91	5.824.139,08	1,71%	6.450.410,91	5.824.139,08	1,71%	2,21%	6.450.410,91	5.824.139,08	2,21%	2,21%	
Reserva de Contingência (II-a)	4.020.411,87	3.872.866,06	4.520.873,36	4.214.196,57	4.772.739,02	4.309.352,72	-11,77%	4.772.739,02	4.309.352,72	-11,77%	-12,00%	4.772.739,02	4.309.352,72	-12,00%	-12,00%	
Resultado Primário (III) = (I - II)	6.807.199,06	6.557.263,51	5.218.443,26	4.864.445,22	5.389.749,24	4.848.399,09	-13,59%	5.389.749,24	4.848.399,09	-13,59%	-13,50%	5.389.749,24	4.848.399,09	-13,50%	-13,50%	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	1.295.972,57	1.248.311,89	1.053.164,90	981.722,46	963.664,24	870.101,86	2,74%	963.664,24	870.101,86	2,74%	2,42%	963.664,24	870.101,86	2,42%	2,42%	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	362.038,30	348.750,89	355.598,00	331.473,81	366.654,02	331.055,50	0,99%	366.654,02	331.055,50	0,99%	0,92%	366.654,02	331.055,50	0,92%	0,92%	
Resultado Nominal - (VI) = (III + IV - V)	5.873.364,79	5.657.802,51	4.520.873,36	4.214.196,57	4.772.739,02	4.309.352,72	-16,06%	4.772.739,02	4.309.352,72	-16,06%	-17,00%	4.772.739,02	4.309.352,72	-17,00%	-17,00%	
Divida Pública Consolidada	1.839.011,42	1.771.516,63	2.058.093,90	1.918.981,15	2.419.035,11	2.184.170,45	5,36%	2.419.035,11	2.184.170,45	5,36%	6,08%	2.419.035,11	2.184.170,45	6,08%	6,08%	
Divida Consolidada Líquida	2.598.870,97	2.503.488,07	3.199.491,51	2.982.450,97	3.453.779,41	3.118.451,19	-7,11%	3.453.779,41	3.118.451,19	-7,11%	-8,69%	3.453.779,41	3.118.451,19	-8,69%	-8,69%	
Receitas Primárias advindas de PPP (VII)	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	
Despesas Primárias geradas por PPP (VIII)	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	
Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII)	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	
FONTE: contabilidade	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	

Conforme o item 02.00.02.01 do Manual dos Demonstrativos Fiscais, as METAS FISCAIS representam os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais visando atingir os objetivos desejados quanto à trajetória de endividamento no médio prazo. Pelo princípio da gestão fiscal responsável, as metas representam a conexão entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento. Esses parâmetros indicam os rumos da condução da política fiscal para os próximos exercícios e servem os indicadores para a promoção da limitação de empenho e de movimentação financeira.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 - as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de investimentos permanentes e temporários;
- 2 - as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido;
- 3 - o resultado primário ACIMA DA LINHA corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município, ressaltando-se que, para fins de equilíbrio formal entre os valores previstos, e de acordo com as instruções do item 03.06.05.01 do Manual dos Demonstrativos Fiscais, os valores previstos da reserva de contingência estão sendo somados às despesas primárias;
- 4 - o resultado nominal que, para fins do Anexo e avaliação das metas fiscais deve ser calculado pelo critério ACIMA DA LINHA foi obtido a partir do resultado primário somado ao resultado da comparação entre os juros ativos e passivos, representando a variação do estoque da dívida;
- 5 - a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham sido inscritas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 - a dívida Consolidada Líquida - DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Premissas e Metodologias Utilizadas:

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na **Tabela 01**. Os números estão apresentados de duas formas: Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considero a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2018, 2019 e 2020) e os valores reestimados para o exercício atual (2021), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.
- 2 - Em relação às despesas correntes, foram consideradas os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeio. Em relação aos investimentos, além da inflação considerou-se a estimativa de crescimento real das despesas em nível que valilide a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no **Anexo IV**. Aseguaram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.
- 3 - No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários. As

- Tabelas 03 e 04 demonstram, respectivamente, as projeções para a Receita Corrente Líquida e Limites para os Gastos com Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo.**
- 4 -** Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2022, 2023 e 2024, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 2,27%, 2,44% e 2,44% e das taxas de inflação (IPCA) de 3,91%, 3,34% e 3,24%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do site do Banco Central do Brasil.
- 5 -** Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.
- 6 -** Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 375/2020 e suas alterações. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser reviso por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2022. O resultado nominal reflete a variação do endividamento líquido entre as datas referidas. A memória de cálculo do Resultado Primário e Nominal pelo critério acima da linha está especificada na **Tabela 06**.
- 7 -** Na estimativa do montante da dívida consolidada para 2022, 2023 e 2024, utilizou-se, como parâmetro de correção a previsão da média anual para a taxa de juros SELIC, de 6,79%, 6,62% e 6,52%, segundo informações do site do Banco Central do Brasil.
- 8 -** Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração o provável saldo existente em 31/12/2021, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.
- 9 -** Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas para o ano de referência da LDO, os números mais representativos no contexto das projeções:
- 9.1 -** A receita total estimada para o exercício de 2022, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 39.750.000,00, a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$ 1.453.336,70), das resultantes das Operações de Crédito (R\$ 4.236.000,00), das Alienações de Investimentos (R\$ 0,00) e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R\$ 7.023,87), e ainda a dedução das receitas intraorçamentárias (R\$ 2.229.929,31), resultam numa Receita Primária de R\$ 31.823.710,12.
- 9.2 -** As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 39.750.000,00. Deducido-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 120.092,09, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 0,00, a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 1.000.000,00, tem-se que as despesas primárias para 2022 foram previstas em R\$ 38.629.907,91. **A Tabela 02** evidencia o detalhamento das projeções da receita e despesa.
- 9.3 -** Colegando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2022 que foi inicialmente prevista em R\$ -6.807.199,06 a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressão previsto do art. 2º da LDO.
- 10 -** Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na



Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - RPPS
EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2022			2023			2024		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total RPPS	4.742.592,44	4.568.531,40		4.977.495,72	4.639.842,59		5.217.237,10	4.710.694,39	
Receitas Primárias RPPS (I)	3.338.595,82	3.216.063,79		3.491.203,89	3.254.374,77		3.645.348,90	3.291.421,16	
Despesa Total RPPS	4.742.592,44	4.568.531,40		4.977.495,72	4.639.842,59		5.217.237,10	4.710.694,39	
Despesas Primárias RPPS (II)	4.742.592,44	4.568.531,40		4.977.495,72	4.639.842,59		5.217.237,10	4.710.694,39	
Resultado Primário RPPS (I - II)	- 1.403.996,62	- 1.352.467,60		- 1.486.291,82	- 1.385.467,81		- 1.571.888,20	- 1.419.273,23	

Fonte: Contábil

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º,

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2020 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2020 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	43.950.000,00		164,66%	27.990.559,07		104,87%	- 15.959.440,93	-36,31%
Receita Primárias (I)	30.491.639,39		114,24%	26.605.410,63		99,68%	- 3.886.228,76	-12,75%
Despesa Total	43.950.000,00		164,66%	24.973.054,80		93,56%	- 18.976.945,20	-43,18%
Despesa Primárias (II)	39.385.447,53		147,56%	24.302.860,09		91,05%	- 15.082.587,44	-38,29%
Resultado Primário (I-II)	- 8.893.808,14		-33,32%	2.302.550,54		8,63%	11.196.358,68	-125,89%
Resultado Nominal	- 7.513.727,08		-28,15%	3.351.553,62		12,56%	10.865.280,70	-144,61%
Dívida Pública Consolidada	7.012.481,91		26,27%	975.270,28		3,65%	- 6.037.211,63	-86,09%
Dívida Consolidada Líquida	4.887.959,07		18,31%	- 2.436.627,81		-9,13%	- 7.324.586,88	-149,85%

FONTE: Contábil

Valor da Receita Corrente Líquida de 2020 R\$ 26.691.596

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2020), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2020 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, ficou em R\$ 2.302.550,54, valor superior à meta estabelecida para o ano, que era de R\$ - 8.893.808,14. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

Em parte, esse resultado é em decorrência do desempenho favorável apresentado pela receita, tendo sido fortemente condicionado pelo comportamento das receitas correntes, que apresentaram um incremento em relação ao valor consignado no orçamento. Destaca-se no exercício de 2020 o desempenho dos grupos de receita tributária, patrimonial e de transferências correntes, que superaram a expectativa.

A dívida consolidada totalizou R\$ 975.270,28, valor inferior ao saldo de R\$ 7.012.481,91 estimado para o exercício. Tal comportamento é reflexo do aumento dos desembolsos da amortização da dívida.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2022

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2019	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %	2024	Variação %
Receita Total	39.450.000,00	43.950.000,00	11,41%	41.569.000,00	-5,42%	37.520.070,69	-9,74%	37.449.812,48	-0,19%	38.693.078,44	3,32%
Receitas Primárias (I)	28.265.172,80	30.491.639,39	7,88%	30.626.888,23	0,44%	31.822.708,85	3,90%	33.402.778,68	4,97%	34.556.887,50	3,46%
Despesa Total	38.252.422,42	43.950.000,00	14,89%	41.569.000,00	-5,42%	39.750.000,00	-4,38%	39.782.664,12	0,08%	41.129.909,43	3,39%
Despesas Primárias (II)	37.407.422,42	39.385.447,53	5,29%	36.951.660,62	-6,18%	38.629.907,91	4,54%	38.621.221,93	-0,02%	39.926.636,73	3,38%
Resultado Primário (I – II)	- 9.142.249,62	- 8.893.808,14	-2,72%	- 6.324.772,39	-28,89%	- 6.807.199,06	7,63%	- 5.218.443,26	-23,34%	- 5.369.749,24	2,90%
Resultado Nominal	- 8.165.535,27	- 7.513.727,08	-7,98%	- 5.172.418,20	-31,16%	- 5.873.364,79	13,55%	- 4.520.874,36	-23,03%	- 4.772.739,02	5,57%
Divida Publica Consolidada	3.349.508,38	7.012.481,91	109,36%	3.360.000,00	-52,09%	1.839.011,42	-45,27%	2.058.093,90	11,91%	2.419.035,11	17,54%
Divida Consolidada Liquida	956.108,32	4.887.959,07	411,23%	- 4.562.975,74	-193,35%	- 2.598.870,97	-43,04%	- 3.199.491,51	23,11%	- 3.453.779,41	7,95%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2019	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %	2024	Variação %
Receita Total	43.703.005,09	46.582.605,00	6,59%	41.569.000,00	-10,76%	36.143.021,57	-13,05%	34.909.369,03	-3,41%	34.936.358,84	0,08%
Receitas Primárias (I)	31.312.369,85	32.318.088,59	3,21%	30.626.888,23	-5,23%	30.654.762,41	0,09%	31.136.869,59	1,57%	31.201.751,59	0,21%
Despesa Total	42.376.319,68	46.582.605,00	9,93%	41.569.000,00	-10,76%	38.291.108,76	-7,89%	37.083.969,47	-3,15%	37.136.597,36	0,14%
Despesas Primárias (II)	41.440.222,36	41.744.635,84	0,73%	36.951.660,62	-11,48%	37.212.125,91	0,70%	36.001.314,81	-3,25%	36.050.150,68	0,14%
Resultado Primário (I – II)	- 10.127.852,51	- 9.426.547,25	-6,92%	- 6.324.772,39	-32,90%	- 6.557.363,51	3,68%	- 4.864.445,22	-25,82%	- 4.848.399,09	-0,33%
Resultado Nominal	- 9.045.841,05	- 7.963.799,33	-11,96%	- 5.172.418,20	-35,05%	- 5.657.802,51	9,38%	- 4.214.196,57	-25,52%	- 4.309.352,72	2,26%
Divida Publica Consolidada	3.710.610,44	7.432.529,58	100,30%	3.360.000,00	-54,79%	1.771.516,63	-47,28%	1.918.481,15	8,30%	2.184.170,45	13,85%
Divida Consolidada Liquida	1.059.183,95	5.180.747,82	389,13%	- 4.562.975,74	-188,08%	- 2.503.488,07	-45,13%	- 2.982.450,97	19,13%	- 3.118.451,19	4,56%

Fonte: Contábil

Conforme o Manual dos Demonstrativos Fiscais da STN, o objetivo do Demonstrativo é **dar transparência** às informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes, para uma melhor avaliação da política fiscal, de forma a permitir a análise da política fiscal em uma linha do tempo, combinando execução passada e perspectivas futuras, validando a consistência dessas últimas. Assim, são demonstradas as metas fiscais previstas para o exercício da LDO (2022), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2019, 2020 e 2021), bem como para os dois seguintes (2023 e 2024), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Divida Publica Consolidada e Divida Consolidada Liquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2019, 2020 e 2021 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Divida Consolidada e Divida Consolidada Liquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2022, 2023 e 2024, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo 1 - de Metas Anuais, evidenciando assim a sua consistência.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º,

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio/Capital	17.130.947,34	80,04%	16.875.353,67	98,51%	13.393.476,42	79,37%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	4.271.999,13	19,96%	255.593,67	1,49%	3.481.877,25	20,63%
TOTAL	21.402.946,47	100,00%	17.130.947,34	100,00%	16.875.353,67	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio/Capital	(2.487.066,54)	114,85%	1.921.269,88	-77,25%	58.956,23	3,07%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	321.582,14	-14,85%	(4.408.336,42)	177,25%	1.862.313,65	96,93%
TOTAL	(2.165.484,40)	100,00%	(2.487.066,54)	100,00%	1.921.269,88	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio/Capital	14.643.880,80	76,12%	18.796.623,55	128,36%	13.452.432,65	71,57%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	4.593.581,27	23,88%	(4.152.742,75)	-28,36%	5.344.190,90	28,43%
TOTAL	19.237.462,07	100,00%	14.643.880,80	100,00%	18.796.623,55	100,00%

Fonte: Contábil

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2018, 2019 e 2020), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Conforme estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido, o patrimônio (no caso dos órgãos da administração direta) ou capital social (no caso das empresas estatais), as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Nesse aspecto, cumpre destacar que, na linha "Resultado Acumulado", **foram considerados os valores de ajustes de exercícios anteriores**, os quais, apesar de não terem sido considerados na apuração do resultado do exercício, tiveram influência da variação do saldo do Patrimônio Líquido.

É preciso enfatizar que a Administração Direta do Município, bem como as Autarquias e as Fundações Públicas, seguem as normas da Lei Federal nº 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei Federal nº 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 1135, está sobre a gestão do Fundo de Previdência Social do Município - FPSM, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2018 a 2020, aponta que o saldo patrimonial aumentou.

Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2020 com superavit patrimonial.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2020	2019	2018
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2018			771,94
RECEITAS DE CAPITAL	73.181,77	-	168.007,61
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	73.181,77	-	168.007,61
Alienação de Bens Móveis	73.181,77	-	168.007,61
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienac de Bens	760,59	1.170,53	141,79
TOTAL	73.942,36	1.170,53	168.921,34

DESPESAS EXECUTADAS	2020	2019	2018
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	15.776,10	151.749,75	2.630,81
Investimentos	15.776,10	151.749,75	2.630,81
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida		-	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-		
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	15.776,10	151.749,75	2.630,81
SALDO FINANCEIRO			
	73.877,57	15.711,31	166.290,53

Fonte: Contábil

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2018, 2019 e 2020).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de Barão
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
 EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	PLANO PREVIDENCIÁRIO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (I)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			

Investimentos e Aplicações
Outro Bens e Direitos

14.335.171,65

PLANO FINANCEIRO

	2018	2019	2020
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
RECEITAS CORRENTES (VII)			
Receita de Contribuições dos Segurados	3.425.893,40	4.735.670,13	
Civil	546.558,80	683.646,94	
Ativo	546.558,80	683.646,94	
Inativo	546.558,80	683.646,94	
Pensionista	-	-	
Militar	-	-	
Ativo	-	-	
Inativo	-	-	
Pensionista	-	-	
Receita de Contribuições Patronais	-	-	
Civil	740.339,08	859.835,62	
Ativo	740.339,08	859.835,62	
Inativo	740.339,08	859.835,62	
Pensionista	-	-	
Militar	-	-	
Ativo	-	-	
Inativo	-	-	
Pensionista	-	-	
Receita Patrimonial	1.030.313,38	1.922.468,70	
Receitas Imobiliárias	-	-	
Receitas de Valores Mobiliários	1.030.313,38	1.922.468,70	
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	
Receita de Serviços	-	-	
Outras Receitas Correntes	1.108.682,22	1.269.718,87	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	183.076,75	107.132,61	
Demais Receitas Correntes	925.605,47	1.162.586,26	
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	
Amortização de Empréstimos	-	-	
Outras Receitas de Capital	-	-	

TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)		2018	2019	2020
		3.425.893,48	4.735.670,13	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS		2018	2019	2020
Benefícios - Civil		1.391.711,67	1.790.857,04	
Aposentadorias		1.177.348,70	1.435.598,86	
Pensões		127.027,38	124.785,98	
Outros Benefícios Previdenciários		87.335,59	200.472,20	
Benefícios - Militar		0,00	0,00	
Reformas		0,00	0,00	
Pensões		0,00	0,00	
Outros Benefícios Previdenciários		0,00	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias		0,00	20.623,69	
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS		0,00	20.623,69	
Demais Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)		1.391.711,67	1.781.480,73	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)²		2.034.181,81	2.954.189,40	
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS		2018	2019	2020
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		596.246,23	799.619,89	
Recursos para Formação de Reserva				
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS		2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)		0,00	0,00	0,00
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS		2018	2019	2020
DESPESAS CORRENTES (XIII)		0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)		0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)		0,00	0,00	0,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício)

PLANO FINANCEIRO

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício)
2020	4.532.960,93	2.004.996,98	2.527.963,95	20.005.444,10
2021	4.767.153,83	2.334.764,09	2.432.389,74	22.437.833,84
2022	5.242.162,28	2.491.497,06	2.750.665,22	25.188.499,06
2023	5.689.734,53	2.700.571,80	2.989.162,73	28.177.661,79
2024	6.186.754,40	3.152.060,97	3.034.693,43	31.212.355,22
2025	6.536.676,78	3.484.455,85	3.052.220,93	34.264.576,15
2026	6.595.821,66	3.720.302,65	2.875.519,01	37.140.095,16
2027	6.942.859,23	3.982.498,24	2.960.360,99	40.100.456,15
2028	7.285.845,53	4.204.764,21	3.081.081,32	43.181.537,47
2029	7.901.347,54	4.544.172,82	3.357.174,72	46.538.712,19
2030	8.273.833,74	4.734.007,84	3.539.825,90	50.078.538,09
2031	8.642.977,62	4.874.134,47	3.768.843,15	53.847.381,24
2032	9.065.306,04	5.117.847,61	3.947.458,43	57.794.839,67
2033	9.756.977,04	5.329.723,35	4.427.253,69	62.222.093,36
2034	10.253.016,69	5.611.833,00	4.641.183,69	66.863.277,05
2035	10.872.608,89	6.162.035,05	4.710.573,84	71.573.850,89
2036	11.848.003,94	6.739.892,20	5.108.111,74	76.681.962,63
2037	12.464.190,49	7.142.976,29	5.321.214,20	82.003.176,83
2038	13.189.789,83	7.752.346,19	5.437.443,64	87.440.620,47
2039	13.820.062,32	8.125.691,49	5.694.370,83	93.134.991,30
2040	14.976.450,66	8.662.481,11	6.313.969,55	99.448.960,85
2041	15.856.464,67	9.376.448,64	6.480.016,03	105.928.976,88
2042	16.611.014,21	9.811.025,45	6.799.988,76	112.728.965,64
2043	17.478.753,44	10.424.796,08	7.053.957,36	119.782.923,00
2044	19.194.169,02	11.540.358,36	7.653.810,66	127.436.733,66
2045	19.956.178,47	11.796.255,28	8.159.923,19	135.596.656,85
2046	20.659.064,05	11.880.721,41	8.778.342,64	144.374.999,49
2047	21.401.058,82	11.959.852,53	9.441.206,29	153.816.205,78
2048	22.390.538,46	12.407.399,28	9.983.139,18	163.799.344,96
2049	23.410.445,18	12.841.629,95	10.568.815,23	174.368.160,19
2050	24.550.187,03	13.420.050,90	11.130.136,13	185.498.296,32
2051	25.741.802,74	14.021.463,05	11.720.339,69	197.218.636,01

2052	27.719.995,43	14.646.720,69	13.073.274,74	210.291.910,75
2053	29.099.012,04	15.296.708,53	13.802.303,51	224.094.214,26
2054	30.588.740,26	15.860.916,95	14.727.823,31	238.822.037,57
2055	28.135.155,76	16.639.629,67	11.495.526,09	250.317.563,66
2056	29.298.913,53	17.250.282,59	12.048.630,94	262.366.194,60

FONTE: Sistema GESTOR UM, Unidade Responsável: RPPS. Emissão: 21/07/2021.

NOTA:

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS. O objetivo principal é dar transparência à situação financeira e atuarial do RPPS para uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais fixadas, além de orientar a elaboração da LOA.

Segundo a Portaria MPS 464/2018, o equilíbrio financeiro representa a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações dos RPPS, em cada exercício financeiro, ou seja, o equilíbrio financeiro é atingido quando o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário é suficiente para custear os benefícios por ele assegurados.

O equilíbrio atuarial, por sua vez, representa a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo, devendo as aliquotas de contribuição do sistema ser definidas a partir do cálculo atuarial que leve em consideração uma série de critérios, como a expectativa de vida dos segurados e o valor dos benefícios de responsabilidade do respectivo RPPS, segundo a sua legislação.

Nesse contexto, os dados acima apresentados tiveram em como base:

- o Anexo 4 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RGF) - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no último bimestre dos exercícios de 2018, 2019 e 2020 e
- o Anexo 10 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência, publicado no último bimestre do exercício de 2020.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2022	2023	2024	
			-	-	-	Vide Obsevação abaixo
			-	-	-	
TOTAL			-	-	-	-

Fonte: Contábil
Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2022 foram previstos de acordo com informações da Administração tributária da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2023 e 2024, foram calculados a partir dos valores de 2022, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2023: 3,34%
Inflação para 2024: 3,24%



Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

A concessão de incentivos fiscais é um instrumento que serve para fomentar o desenvolvimento econômico do Município, atraindo novas empresas ou ampliando as já existentes, de modo a gerar novos empregos e aumentar a renda per capita da população. Já os benefícios fiscais se prestam para reduzir as desigualdades sociais, desonerando determinados segmentos da sociedade do pagamento de alguns tributos, como é o caso da isenção de IPTU para os aposentados de baixa renda. Diante disso pode-se afirmar que, com a devida responsabilidade, é salutar o uso desses instrumentos que tem objetivos econômicos e sociais.

O tema é destacado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que disciplinou a sua aplicação. Como sabido, os entes da federação têm usado esses institutos como forma de controle dos desequilíbrios econômicos e sociais, e, por isso é tratado em todo o arcabouço jurídico brasileiro: constitucional, legal e infralegal.

A Constituição Federal em seus artigos 70 e 165, § 6º, estabelece o controle sobre as renúncias de receita, com o nítido objetivo de promover o equilíbrio fiscal. Por sua vez, a LRF estabeleceu em seu artigo 11 a necessidade de instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional dos entes da Federação, como requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal.

Nesse contexto, e conforme as diretrizes estabelecidas pelos arts. 13 e, 60 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica evidenciado que a Administração opta pela medida de compensação prevista no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Conseqüentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas pelo aumento de receita, *proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição*, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.



Município de Barão
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2022
Aumento Permanente da Receita	(946.972,14)
Decorrente de Receitas Tributárias	(51.051,59)
Decorrente de Transferências Correntes	(895.920,55)
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	322.074,22
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	(624.897,92)
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	(624.897,92)
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Novas DOCC	600.541,40
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	197.099,96
Relativas a Outras Despesas Correntes	403.441,45
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	SEM MARGEM

Fonte: Contábil

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.



Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2022 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2021-2022

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2022, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2020-2021 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão. Quando negativo (**SEM MARGEM**), o resultado apresentado é meramente indicativo de alerta para a criação de novas DOCC. Quando for positivo é indicativo da possibilidade de criação de novas DOCC.



Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)	R\$ 1,00
EVENTO	Valor Previsto 2022
Aumento Permanente da Receita	
Decorrente de Receitas Tributárias	
Decorrente de Transferências Correntes	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Impacto de Novas DOCC	
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	
Relativas a Outras Despesas Correntes	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	-

Fonte: Contábil

Declaramos para os devidos fins, que a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, no exercício financeiro de 2022, adequar-se-ão às receitas do Município.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
EXERCÍCIO DE 2022

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	100.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência	100.000,00
Dividas em Processo de Reconhecimento	-		
Avais e Garantias Concedidas	-		
Assunção de Passivos	-		
Assistências Diversas	50.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência	50.000,00
Outros Passivos Contingentes	-		
SUBTOTAL	150.000,00	SUBTOTAL	150.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
	200.000,00	Limitação de empenhos e abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência	200.000,00
Frustração de Arrecadação	5.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência	5.000,00
Restituição de Tributos a Maior	150.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência	150.000,00
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais	145.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência	145.000,00
SUBTOTAL	500.000,00	SUBTOTAL	500.000,00
TOTAL	650.000,00	TOTAL	650.000,00

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

1 - Os valores referente aos **PASSIVOS CONTINGENTES**, representam a estimativa de possível obrigações em 2022, cuja existência será confirmada somente em caso de ocorrência de um mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle do Município entidade. Também poderão representar possíveis obrigações decorrentes de eventos passados, mas que não estão reconhecidas contabilmente e tampouco contam com previsão de recursos no orçamento porque é improvável a sua liquidação em 2022.

2 - Os **DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS** estão relacionados principalmente aos riscos orçamentários relacionados com a possibilidade da ocorrência de impactos negativos na execução orçamentária, devido a fatores tais como as receitas previstas não se realizarem (frustração de à necessidade de execução de despesas inicialmente não realizadas) ou fixadas (abertura de créditos especiais e/opu extraordinários) ou orçadas a menor (créditos suplementares).

